

PACOTE FISCAL

Governistas prevêem dificuldades na aprovação de medidas econômicas

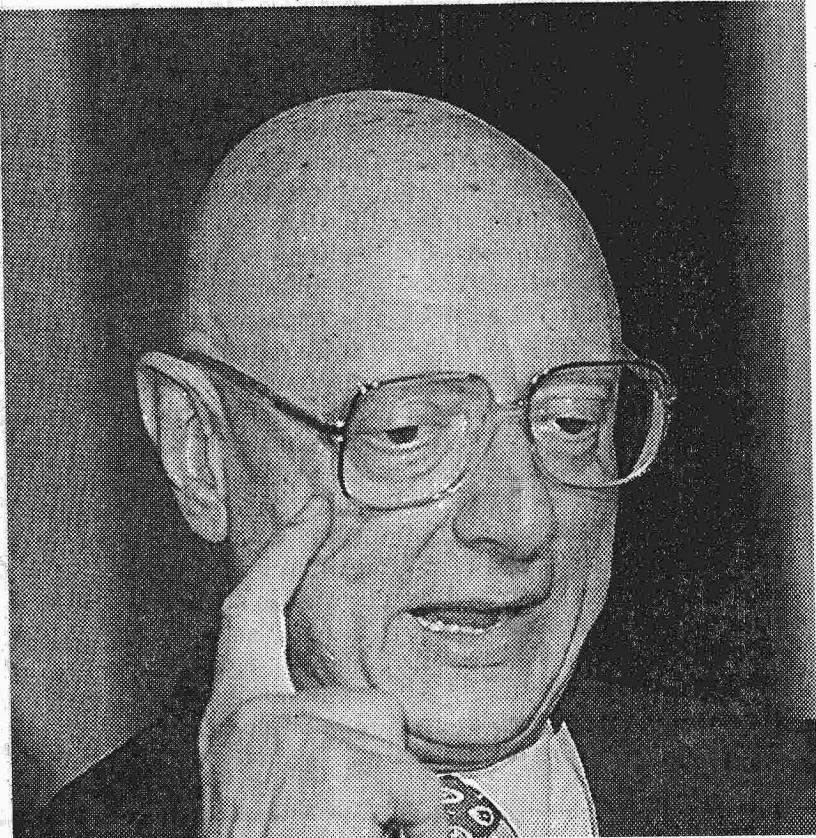
Batalha será na Câmara

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA— Os parlamentares da base governista esperam hoje a divulgação do pacote econômico com a convicção de que o presidente Fernando Henrique Cardoso terá que administrar novos problemas para manter o cronograma de votação das matérias de interesse do governo no Legislativo. Entre os congressistas mais alinhados com o presidente, contudo, há a certeza de que existem condições políticas para se agir com dureza, porque a estabilidade do plano Real nunca esteve tão ameaçada como agora. Partiu da própria cúpula aliada no Congresso a sugestão para que o anúncio do pacote fosse feito já.

O aumento da carga tributária é um dos pontos que mais preocupam os parlamentares fiéis ao governo. "Qualquer aperto tributário tem certas dificuldades de ser bem recebido no Congresso", disse o deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), vice-líder do governo na Câmara. Segundo Madeira, a demissão de mais de 25 mil servidores não-estáveis tem efeito político mais circunscrito. "Em São Paulo o Covas demitiu mais de 100 mil funcionários sem ter tido desgaste parlamentar", afirmou.

Amin — Não é assim que pensa, contudo, o presidente nacional do PPB, senador Esperidião Amin (SC). Para ele, a demissão é complicada do ponto de vista político e "economicamente de pouco resultado". De acordo com Amin, a economia de pouco mais de R\$ 300 milhões para o Tesouro é "muito pouca". Apesar dessa ressalva, Amin destaca que as res-



Amin: "A demissão de servidores tem poucos resultados econômicos"

trições às importações "deverão ser o ponto mais importante do pacote e serão muito bem recebidas pelo setor produtivo".

Segundo Amin, o desestímulo às importações deverá atenuar as expectativas de uma forte recessão. "Isto contará pontos para não deixar o desemprego crescer, manterá divisas no Brasil e poderá mudar para melhor o nosso conceito de crédito no exterior".

De acordo com o deputado Wellington Moreira Franco (PMDB-RJ),

Brasília - Arnaldo Schulz

necessária. "Não há mandato que compense a perda da estabilidade. É preciso correr o risco e fazer isso agora", afirmou Moreira Franco.

A disposição do deputado peemedebista, contudo, não reflete o espírito de toda a base de sustentação do governo. "Os parlamentares ainda não enxergaram direito o tamanho da crise. Vamos ter que ser cautelosos para construirmos a nossa maioria", disse a deputada Yeda Crusius (PSDB-RS), ex-ministra do Planejamento.

Este desafio vai se tornar ainda mais difícil no próximo mês, quando o presidente deverá realizar diversos cortes no Orçamento que ainda será votado pelo Congresso. A expectativa é que as emendas individuais dos parlamentares sejam sacrificadas, justamente às vésperas de um ano eleitoral.

Convenções — Um combustível a mais para os problemas do governo com o Congresso esta semana serão as reuniões decisivas que o PMDB e o PPB terão esta semana. No dia 11, o PPB faz a sua convenção nacional e deve formalizar o seu apoio à reeleição de Fernando Henrique Cardoso. No dia seguinte, o PMDB reúne o seu conselho político, onde a ala governista do partido fará por uma definição no mesmo sentido.

Especialmente no PMDB, o clima pode esquentar. "Vamos pagar este preço. Contamos com os efeitos negativos que virão se o partido continuar adiando. Todas as composições regionais estão paradas esperando por uma definição", afirmou Moreira Franco.